Ano XI - Nº 4.532

Quinta-feira, 28 de Maio de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Fotos: Reginaldo Ipê



Audiência debate obrigações das empresas de estacionamento privado

O evento foi promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão

O presidente da Comissão, vereador Everaldo Augusto (PCdoB), criticou a falta de estrutura dos estabelecimentos públicos e privados da capital baiana, e alertou para a importância dos estacionamentos particulares emitirem nota fiscal e de serem equipados com sanitários e bebedouros. O vereador disse que o estacionamento do Hospital São Rafael tem responsabilidade no caso de estupro da médica, que aconteceu no início do mês de maio.



Leia mais na página 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Vado Malassombrado promove mutirão de saúde

Parceria com clínica possibilitou a realização de sessões de acupuntura para moradores da Cidade Baixa

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Vado Malassombrado

Foto: Assessoria do vereador



Ação foi realizada na Ribeira

A população da Cidade Baixa foi beneficiada por um mutirão de saúde que foi promovida pelo vereador Vado Malassombrado (DEM) em parceria com a Gandra Fisioterapia Preventiva. O evento aconteceu, no dia 24 de maio, na área externa da clínica na Rua Porto dos Mastros, no bairro da Ribeira.

Uma centena de pessoas foi beneficiada com uma sessão de acupuntura gratuita para o alívio de dores na coluna, membros superiores e inferiores e região lombar.

Vado Malassombrado demonstrou sua satisfação em poder oferecer à população um tratamento diferenciado e de qualidade. Já o fisioterapeuta e proprietário da clínica, Carlos Gandra, agradeceu a parceria do vereador e todos seus assessores.

Euvaldo Jorge participa de reinauguração de escola em Valéria

Vereador visitou o bairro com o prefeito ACM Neto, na tarde de terça-feira (26)

O vereador Euvaldo Jorge (PP) esteve ao lado do prefeito ACM Neto na terça-feira (26), na reinauguração da Escola Municipal Batista de Valéria. O edil é reconhecido pelo trabalho realizado a favor da população do bairro há pelo menos 25 anos.

"Os moradores de Valéria sabem quem podem contar com o meu apoio na interlocução com a prefeitura para solução dos problemas do bairro. Essa reforma da escola foi mais uma vitória do povo e principalmente dos estudantes, que agora terão mais conforto para aprender", disse Euvaldo.

Foram realizadas na unidade revisões nas áreas elétricas e hidráulicas, recuperação de pisos, revestimentos e do telhado, além da adequação de espaços como biblioteca, sala de leitura, cozinha, dispensa, refeitório e sala dos professores. O serviço contou ainda com instalação de toldos e grades de proteção. A Escola Municipal Batista de Valéria atende a pouco mais de 180 alunos do Ensino Fundamental I e II e conta com oferta de aula em tempo integral, através do Mais Educação, com atividades artísticas no turno oposto ao das aulas habituais.

Desde que se tornou vereador, Euvaldo Jorge passou a atuar junto aos poderes públicos para levar desenvolvimento e progresso à região de Valéria. O



Vereador Euvaldo Jorge

progresso está sendo conquistado através da requalificação de ruas e avenidas, da reorganização do trânsito e comércio, implantação de novas linhas de ônibus e itinerários, requalificação de áreas de lazer e melhorias nos serviços de saúde, educação e segurança.

Comissão debate direitos dos consumidores em estacionamentos privados

Everaldo Augusto presidiu a audiência pública realizada na manhã de quarta-feira (27)

A Câmara Municipal de Salvador, através da Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão, promoveu na manhã de quarta-feira (27), audiência pública para debater obrigações das empresas de estacionamento privado, no Edifício Bahia Center, anexo da Casa. O presidente do colegiado do Poder Legislativo, vereador Everaldo Augusto (PCdoB), criticou a falta de estrutura dos estabelecimentos públicos e privados da capital baiana.

O vereador também alertou para a importância dos estacionamentos privados emitirem nota fiscal e de serem equipados com sanitários e bebedouros.

Para Everaldo Augusto, além dos problemas estruturais, os estacionamentos devem estar atentos à questão da segurança. O vereador disse que o estacionamento do Hospital São Rafael tem responsabilidade no caso de estupro da médica, que aconteceu no início do mês de maio.

"A Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão quer mostrar para a cidade quais as leis que os estacionamentos têm que seguir. Para mim, o estacionamento do Hospital São Rafael tem que ser responsabilizado. Hoje, qualquer terreno baldio virou um estacionamento", afirmou Everaldo Augusto.

Fotos: Reginaldo Ipê



Público lotou audiência pública no Edifício Bahia Center

Segundo o coordenador de Defesa do Consumidor do Ministério Público da Bahia, promotor de Justiça Roberto de Almeida Borges, os flanelinhas privatizaram as vias públicas da capital baiana. "E não tem como impedir uma pessoa de ser flanelinha. Fiscalizar é sempre muito difícil", avaliou.

Direitos dos trabalhadores

O representante do Sindicato dos Comerciários, Renato Cerqueira, avaliou que a cobrança de tarifa nos estacionamentos dos shoppings de Salvador vai "abalar" as vendas e os salários dos funcionários. "Não vejo o porquê dos shoppings cobrarem. Os clientes já pagam quando consomem nas lojas. Essa é uma medida abusiva", argumenta.

Também presente na audiência, o representante do Sindiguarda, Rafael Oliveira, disse tem o sindicato tem capacitado os guardadores para evitar os furtos e roubos, mas isentou os funcionários de qualquer responsabilidade quando os veículos estão em via publica. "Temos contribuído para a segurança pública, mas a responsabilidade é do governo do estado", ressaltou.

Fizeram parte da mesa da audiência pública, além do vereador Everaldo Augusto; o vereador José Trindade (PSL); o promotor Roberto Borges; o subsecretário da Sucom, Sérgio Guanabara; o representante do Sindicato dos Comerciários, Renato Ezequiel; o coordenador do Sindiguarda, Rafael Oliveira; e o coordenador de atendimento do Procon, Iratan Vilas Boas.

Gilmar diz que Fundurbs e outorga onerosa têm função social

Vereador critica falso debate sobre a construção civil e defende a redução do déficit habitacional

Presente a diversos debates e conversas com instituições e entidades que discutem novos projetos para Salvador, o vereador Gilmar Santiago (PT) afirma que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e seus instrumentos, como o Fundo de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Fundurbs) e a outorga onerosa, devem ser utilizados para cumprir uma função social.

"O déficit habitacional tem que ser reduzido. Temos que construir imóveis para quem precisa e não ficar nesse falso debate de que a construção civil tem que ser estimulada. Para que, para construir mais imóveis nos bairros de classe média?", questionou.

Para Gilmar, o Fundurbs não pode ser extinto e a outorga onerosa tem que ser discutida dentro do PDDU e não isoladamente, como pretende o prefeito ACM Neto.



Vereador Gilmar Santiago

Balanço fiscal da prefeitura

Secretário Paulo Souto faz a apresentação em audiência pública nesta quinta-feira (28), às 9h, no Centro Cultural

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Salvador realizará nesta quinta-feira, 28, uma audiência pública com o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto. O objetivo é a apresentação do balanço fiscal do 1º quadrimestre de 2015 da Prefeitura de Salvador – como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

De acordo com o presidente da Comissão, vereador Claudio Tinoco (DEM), a prestação de contas acontecerá às 9h, no auditório do Centro Cultural da Câmara, quando será apresentada a evolução das receitas e despesas entre os meses de janeiro e abril deste ano.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Claudio Tinoco

CÂMARA MUNICIPAL

ATA

25ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR KIKI BISPO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES, estando licenciada a vereadora VÂNIA GALVÃO. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Comunicados do Fundo Nacional de Educação; Ofícios n.s 338 e 339/15, respectivamente, dos Gabinetes da Presidência e da 1ª Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Ofícios n.s 325 e 326/15 da Subsecretaria de Educação do Município; Ofício n. 353/15 da Subsecretaria da Segurança Pública; Projetos de Lei n.s 148/15 do vereador Orlando Palhinha, 149/15 do vereador Euvaldo Jorge, 150 e 151/15 do vereador Claudio Tinoco, 152/15 do vereador Leandro Guerrilha, 153/15 do vereador Luiz Carlos de Souza e 154/15 do vereador Eliel; Projetos de Indicação n.s 179 a 184/15 do vereador Luiz Carlos Suica, 185 a 187/15 do vereador Eliel, 188/15 do vereador Toinho Carolino, 189/15 do vereador Joceval Rodrigues, 190 e 191/15 do vereador J. Carlos Filho e 192/15 do vereador Euvaldo Jorge; Projetos de Resolução n.s 24/15 do vereador Suíca e 25/15 do vereador Paulo Magalhães Júnior; Moção n. 25/15 do vereador Everaldo Augusto; e Requerimento n. 154/15 do vereador Everaldo Augusto. Terminada a leitura do Expediente, em comunicação inadiável, o vereador Orlando Palhinha agradeceu ao prefeito ACM Neto e ao superintendente da Transalvador, Fabrizzio Müller, pela intervenção no Largo do Luso, na região da Av. Suburbana, que se soma à que foi feita na Rua Luiz Maria, na Baixa do Fiscal. Em comunicação inadiável, a vereadora Ana Rita Tavares pediu a retirada do Projeto de Lei n. 590/13. Em comunicação inadiável, o vereador Edvaldo Brito informou participação em encontro com vereadores dos municípios da Ilha de Itaparica e seu entorno, sobre falta de segurança na região. Contou ter recebido garantias de ação dos secretários de Segurança Pública e de Turismo, e que participaram do encontro deputados estaduais e federais, como Antonio Brito. Em comunicação inadiável, o vereador Arnando Lessa registrou ser o Dia do Vigilante e lamentou a situação dos três mil profissionais de vigilância com problemas trabalhistas causados pela empresa Protec, sobre o qual pediu sinalização do prefeito. Em comunicação inadiável, o vereador Hilton Coelho informou ato realizado, pela manhã, em defesa da UFBA, com a participação de cidadãos e políticos. Explicou haver pendência de 28 milhões de reais para a instituição funcionar em condições mínimas. Repudiou a demolição de casarões na Ladeira da Montanha, e a posição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a respeito. No **Pinga-Fogo**, ocupou inicialmente a Tribuna o vereador Everaldo Augusto, que citou manchete do jornal A Tarde sobre a cobrança de estacionamento em *shopping centers*, possivelmente a ser efetivada a partir de junho. Disse ver protelação de decisão judicial a respeito. Informou audiência pública da Comissão de Direitos do Cidadão, a qual preside, sobre direitos relativos ao uso de estacionamentos, a realizar-se no dia 27, à 9h, no auditório do Ed. Bahia Center. Afirmou que as empresas de estacionamento criam cartel que domina os preços, sem sofrer controle, e explicou que elas não emitem nota fiscal e são tributadas com base na receita declarada. Considerou essa situação decorrente da omissão da Prefeitura, que não fiscaliza o cumprimento das leis – que ela mesma, tampouco, cumpre, já que não fraciona o preço nos estacionamentos da *Zona Azul*. Disse que vêm sendo desrespeitados os critérios estabelecidos pela Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS). Em comunicação inadiável, o vereador Sílvio Humberto registrou os 52 anos de fundação da União Africana, uma resposta contra o neocolonialismo europeu. O vereador Antônio Mário relatou ação da Transalvador que sofreu na Ladeira da Montanha. Contou que se dirigia a visita no local, onde também estava o prefeito, quando foi impedido de ter acesso por um preposto, mesmo havendo se identificado como vereador. Considerou ter sido discriminado por ser negro e de aspecto "popular". Também considerou ter sido prepotente o comportamento do agente, e ter havido uma afronta a si como pessoa e como vereador. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto pediu apuração sobre esse caso. O Senhor presidente disse que o encaminharia à Procuradoria da Casa. O vereador Gilmar Santiago comentou notícia de um *blog* sobre encontro promovido pelo prefeito ACM Neto para discutir a sucessão em Camaçari. Considerou que o prefeito, em vez de cuidar de política, deveria cuidar mais da Cidade, visto que a maioria da população não tem dormido, preocupada a cada vez que chove. Criticou autorização do IPHAN para demolição de prédio tombado em 1984 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em aparte, associou-se o vereador Hilton Coelho, criticando o fato de a autorização abranger os arcos da Conceição, para os quais havia proposta de reforma, inclusive sem remoção dos artesãos. O orador solicitou reunião da Comissão de Planejamento Urbano a fim de tratar da preservação do patrimônio. Em comunicação inadiável, o edil Léo Prates leu comunicado da Superintendência do IPHAN na Bahia esclarecendo a autorização para a demolição de casarões na Ladeira da Montanha e Conceição da Praia. Registrou que o dirigente do IPHAN é indicado pelo PT. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago respondeu que, se houve autorização do IPHAN, por uma questão de coerência e responsabilidade, acima da questão partidária, ele não poderia concordar. O vereador Luiz Carlos Suica comentou os transtornos causados pelas chuvas, observando a necessidade de maior atenção na liberação de alvarás para construção. Também comentou a Marcha pela Legalização da Maconha realizada no domingo. Opinou que a maconha não é um problema social, mas, de quem usa a substância, e lamentou as mortes de jovens negros e pobres na guerra contra o tráfico. Em aparte, o vereador Hilton Coelho concordou com o orador e mencionou escândalo de lavagem de dinheiro do trafico nos EUA, envolvendo o Banco HSBC. O orador concluiu convidando para a audiência pública sobre a redução da maioridade penal em 12 de junho, e para a Sessão Especial do Dia da África a ser realizada pela Assembleia Legislativa em 28 de maio. Pela ordem, a vereadora Cátia Rodrigues registrou a audiência pública sobre o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 111/14, dizendo ter estranhado a ausência de representação da Comissão da Mulher. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza, falando em nome da Comissão da Mulher, disse que a audiência não foi combinada e justificou sua ausência por estar em ato na UFBA. Em seguida, com a palavra, a vereadora Aladilce Souza observou que o prefeito ainda não encaminhou a Mensagem sobre o reajuste dos servidores do Executivo, cuja data-base é 1º de maio, e informou que os professores já programam uma paralisação de três dias. Disse esperar que essa situação não seja utilizada, como já se fez antes, para se pressionar pela votação de projetos de interesse da Prefeitura, como o da Outorga Onerosa. Em aparte, o vereador Hilton Coelho associou-se e lamentou declaração do secretário de Educação sobre haver seis mil alunos fraudulentamente matriculados na rede. A oradora comentou sua intenção em fazer uma audiência pública sobre a Outorga Onerosa, explicando se tratar de uma inovação de alta repercussão na cidade, a atingir o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e a paisagem urbana, entre outros importantes elementos. Lembrou que o respectivo Projeto não foi apreciado pelo Conselho da Cidade e alertou para a ameaça que ele traz ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Fundurbs), essencial para se investir na Cidade e reduzir suas desigualdades. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha informou a realização da Sessão Especial sobre a Família, no dia 27, às 9h. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza informou a realização da Sessão Especial sobre a Luta pela Redução da Mortalidade Materna, no dia 28, às 9h. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Arnando Lessa parabenizou o vereador Kiki Bispo pela inauguração de praça em Castelo Branco. Informou, como presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, reunião ordinária dessa Comissão no dia seguinte, e disse que ela buscará explicações junto ao superintendente do IPHAN, Carlos Amorim, sobre a derrubada das edificações na Ladeira da Montanha. Comentou sobre obra, na Vitória, que também exige atenção devido a problemas. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza parabenizou o discurso, defendeu a necessidade de discussão e justificativa para a demolição de imóveis, mesmo deteriorados, e alertou para a possibilidade de perda do título de Patrimônio Histórico da Humanidade junto à UNESCO. Em aparte, o vereador Paulo Magalhães Júnior observou que o superintendente do IPHAN poderia também ser responsabilizado com relação aos riscos aos ocupantes de imóveis deteriorados. O vereador Arnando Lessa lembrou a casa onde residiu Castro Alves, que merece atenção. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza pediu moção de solidariedade à família da Professora Consuelo Pondé de Sena, presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que faleceu no dia 14. O Senhor presidente Kiki Bispo manifestou concordância. O vereador Joceval Rodrigues respondeu ao vereador Gilmar Santiago, quanto à sua crítica ao prefeito por debater a sucessão em Camaçari, que o prefeito é uma liderança nacional, o que o leva a ser ouvido, e informou que a reunião durou somente 30 minutos. Registrou que o alcaide trabalha das seis da manhã à meia-noite em prol da Cidade, especialmente das suas áreas carentes neste momento de crise, e disse que ele assim o faz por ser um jovem competente e que sabe administrar o tempo. Em aparte, o vereador Euvaldo Jorge congratulou-se com o prefeito, considerando que ele agiu com responsabilidade quanto aos casarões da Ladeira da Montanha e Conceição da Praia, e parabenizando o superintendente do IPHAN pela recomendação sobre esses imóveis. Também se associou o vereador Paulo Magalhães Júnior, o qual disse que a Oposição copiou o prefeito e agendou reunião com o ministro da Integração, e considerou que o vereador Gilmar Santiago tem boas ideias mas varia de opi-

nião. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago respondeu que não se lembra de ter mudado de opinião, mas pode fazê-lo mantendo a coerência. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior disse que a população é que pode fazer julgamentos, reafirmou que o vereador Gilmar Santiago tem boas ideias e refletiu que mudar é natural, principalmente se for para melhor. Pela ordem, o vereador Leandro Guerrilha registrou pesar pela morte de um radialista vítima de assassinato a tiros em Conceição da Feira. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza solicitou o desarquivamento do Projeto de Resolução n. 37/13. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues associou-se ao edil Leandro Guerrilha e comentou a audiência pública realizada pela manhã, na qual foram trazidas importantes contribuições sobre o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 111/14. O vereador Odiosvaldo Vigas disse que o PDT, em seu compromisso com o País, está atento aos cortes orçamentários do Governo Federal, que atingem a Saúde, a Educação e o Ministério das Cidades. Lamentou que, embora tenha sido capaz de superar uma crise econômica internacional, o Governo Federal se mostre sem compromisso com setores tão importantes, aos quais sugeriu que fossem destinados os recursos que venham a ser devolvidos com a apuração dos escândalos do "Mensalão" e do "Petrolão". Em aparte, o vereador Hilton Coelho associou-se e reiterou observação sobre os problemas da UFBA, informando que recursos da ordem de 700 bilhões de reais foram destinados a bancos em 2013, montante que subiu para mais de 900 bilhões no ano seguinte, enquanto cortes são feitos para os setores fundamentais. O vereador Odiosvaldo Vigas opinou que o País está sendo levado a uma recessão. Em comunicação inadiável, o vereador Everaldo Augusto informou haver dado entrada em Moção de apoio à aprovação do Projeto de Lei federal n. 2.245/2007, que visa à regulamentação da profissão de tecnólogo, e pediu apoio aos pares. O vereador Arnando Lessa comentou a respeito da tramitação do Projeto sobre Outorga Onerosa, considerando que o parlamento é lugar de discussão e entendimento sobre os interesses da Cidade. Disse ver vício de legalidade na equação que calcula o direito de construir. Defendeu que a Casa colaborasse com ideias sobre o Projeto, e que a Oposição não tivesse postura de "bancada do contra" e pudesse ouvir a voz de cada um de seus membros. Concluiu lembrando que o Projeto obstrui a pauta e pedindo que se avançasse em sua apreciação. O vereador Gilmar Santiago, sobre o Projeto da Outorga Onerosa, concordou que é preciso fazer o debate da matéria e apresentou algumas opiniões, destacando que o Fundurbs é questão fundamental. Lembrou que nunca foram utilizados os instrumentos de contrapartida criados no PDDU e defendeu a discussão de todos os outros instrumentos urbanísticos a fim de se proporem políticas estruturantes de planejamento urbano. Considerou imperioso, nesse sentido, o debate de mérito sobre a forma de cálculo de outorga. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Geraldo Júnior, Léo Prates e Paulo Câmara.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMOS DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE Nº	: 07/2015
PROCESSO CMS	: 00941/2015
CONTRATANTE	: CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
CONTRATADA	: Empresa Editora A Tarde (CNPJ nº.) 15111297/0001-30
OBJETO	: Assinatura anual de 60 (sessenta) exemplares diários do Jornal A Tarde
VALOR TOTAL	: R$ 39.294,00 (trinta e nove mil duzentos e noventa e quatro reais)
BASE LEGAL	: Art. 25, I, da Lei Federal nº. 8.666/93
DOT. ORÇAMENTÁRIA	: 01.031.016.2001 – 3.3.90.39.000
AUTORIZAÇÃO	: 26/05/2015.

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO CMS nº 012/2015

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº.023/2015
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	ARQTEC COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA
OBJETO	Aquisição com instalação de 44 (quarenta e quatro) aparelhos de ar condicionado conforme especificações constantes deste contrato.
PRAZO	Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da retirada ou recebimento da nota de empenho.
BASE LEGAL	Normas de Direito Público, da Lei Municipal n° 4.484/92 e, subsidiariamente, da Lei Federal n° 8.666/93 e normas de Direito Privado, no que couber.
VALOR GLOBAL	R$ 61.799,94 (sessenta e um mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.016.2001 – 4.4.90.52
DATA DE ASSINATURA	23/04/2015
ASSINAM	Paulo Câmara - CMS Maria Lúcia Correia Teles – Contratada
TESTEMUNHAS	Luciana de Morais Sena Rafael de Aguiar

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO CMS nº 013/2015

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº.023/2015
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	ÊNFASE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
OBJETO	Aquisição com instalação de 4 (quatro) aparelhos de ar condicionado conforme especificações constantes deste contrato.
PRAZO	Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da retirada ou recebimento da nota de empenho.
BASE LEGAL	Normas de Direito Público, da Lei Municipal n° 4.484/92 e, subsidiariamente, da Lei Federal n° 8.666/93 e normas de Direito Privado, no que couber.
VALOR GLOBAL	R$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.016.2001 – 4.4.90.52
DATA DE ASSINATURA	23/04/2015
ASSINAM	Paulo Câmara - CMS Maxwell Rodrigues de Oliveira – Contratado Marcelle Rodrigues de Oliveira – Contratada
TESTEMUNHAS	Luciana de Morais Sena Marco Souza

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO CMS nº 014/2015

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº.01789/2014
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	ARTEMP ENGENHARIA LTDA
OBJETO	Aquisição com instalação de 21 (vinte e um) aparelhos de ar condicionado conforme especificações constantes deste contrato.
PRAZO	Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da retirada ou recebimento da nota de empenho.
BASE LEGAL	Normas de Direito Público, da Lei Municipal n° 4.484/92 e, subsidiariamente, da Lei Federal n° 8.666/93 e normas de Direito Privado, no que couber.
VALOR GLOBAL	R$ 70.623,00 (setenta mil e seiscentos e vinte e três reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.016.2001 – 4.4.90.52
DATA DE ASSINATURA	23/04/2015
ASSINAM	Paulo Câmara - CMS Rogério Lopes de Faria – Contratado
TESTEMUNHAS	Rafael de Aguiar Maria Lúcia P. de Oliveira

acesse o portal da Câmara Municipal de Salvador

www.cms.ba.gov.br

www.twitter.com/camarasalvador www.facebook.com/camaradesalvador

Policiais usam o teatro como prevenção ao crime

A peça de teatro "Sai dessa" mostra o mundo das drogas e como a polícia age em situações de tráfico





Fotos: Antonio Queirós

Em uma ação conjunta do Memorial da Câmara Municipal e o grupo de teatro do Departamento de Comunicação Social da Polícia Militar da Bahia, jovens de 18 a 23 anos do Instituto Brasileiro Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET) assistiram na tarde de terça-feira (26), no Centro Cultural da Câmara, a peça teatral "Sai dessa".

A apresentação, que usa linguagem informal, abordou como as drogas chegam até as pessoas e as consequências para a sociedade. Segundo o policial Lázaro Hermes, através do teatro eles também estão fazendo policiamento preventivo.

"Essa é uma atividade que envolve cidadania e ética seja no ambiente de trabalho ou no social", declarou o responsável pedagógico do ISBET, Jean Jorge.

Larissa Soares, 19, e Daiane Ribeiro, 21, aprovaram a iniciativa e disseram que o "Sai dessa" não vai ser esquecido tão cedo.

ARTIGO



Centro Histórico da Cidade da Bahia não se vende e não se rende!

Para atender aos interesses do mercado imobiliário a Prefeitura de Salvador, soturnamente, aproveitou-se do clima de comoção causado pela morte de mais de 20 pessoas em consequência das fortes chuvas que atingiram Salvador, no último mês, e decretou com o aval do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a morte também de parte da história da Bahia e do Brasil.

Na calada da noite, sem qualquer estudo, apresentação de laudos, sem justificativa pública ou respaldo técnico, o superintendente do instituto na Bahia, Carlos Amorim, órgão criado para proteger o patrimônio histórico e cultural do país, tornou-se responsável por um crime irreparável contra este mesmo patrimônio.

Mais de 30 casarões na Ladeira da Preguiça, Ladeira da Montanha, Taboão e Ladeira da Conceição, regiões consideradas patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e de preservação rigorosa, tiveram sua derrubada autorizada.

Foram abaixo as primeiras vias de acesso à cidade de Salvador e, por extensão, as primeiras vias de acesso ao Brasil. E, muito grave, além de não divulgar os laudos, nem o IPHAN, nem a prefeitura informam o que foi feito dos moradores, expulsos, ilegalmente, sem ordem de despejo e com apenas 300 reais no bolso, dados extra oficialmente e sem nenhuma garantia de que irão receber este dinheiro regularmente.

Mas isto não é novo na administração do senhor Carlos Amorim: há poucos meses, o órgão deu um prazo de 72 horas para os artífices da Ladeira da Conceição saírem de seus locais de trabalho. Isto sem nenhum processo legal anterior.

A verdade é que o órgão é o responsável direto pelo estado de deterioração destes imóveis, mas usando a desculpa de que os casarões eram de "propriedade privada", nunca moveu uma palha para preservá-los. O IPHAN intencionalmente esquece que, a partir do momento em que um bem é declarado tombado, sua preservação é de interesse coletivo e o Estado tem que fazer a sua parte.

Cinicamente sempre jogou a obrigação da preservação nas costas das famílias pobres que moravam nestes imóveis, propositalmente abandonados pelo poder público, que nada fez de efetivo enquanto estas áreas foram ocupadas por gente preta e pobre.

O instituto também não cogitou fazer o que manda a legislação em caso de risco de desabamento: retirar as pessoas da situação de perigo, escorar/estabilizar a estrutura do imóvel e, passadas as chuvas, estabelecer um plano de recuperação. Ele apenas retirou as pessoas.

E se os moradores das casas que estavam em risco já haviam sido retirados, qual o motivo de demolir com tanta pressa imóveis numa área tombada a não ser aproveitar a tragédia para alavancar o mega projeto imobiliário-turístico que há anos se esboça naquela cobiçada região, onde um dos novos apartamentos pode chegar a custar a bagatela de R$ 4 milhões?

Enfim, essas demolições estavam na fila das ações para implementar o projeto "Novo Centro", para "novas categorias de pessoas", de outra cor e classe social, que podem pagar para viver no Cloc Marina - prédio de luxo, autorizado pela prefeitura e pelo IPHAN também de forma completamente irregular - e para estacionar seus barcos na Bahia Marina. O Centro Histórico da Cidade da Bahia é agora, oficialmente, para quem pode. Se assim permitirmos.

Vereador Hilton Coelho (PSOL) – membro das Comissões de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Reparação e suplente na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher